

# O poder entre as nações

O presidente José Sarney não terá prazer em rememorar o dia 8 de setembro de 1987, primeiro, porque assinala a morte do ministro Marcos Freire em trágicas circunstâncias; depois, porque será sempre lembrado como o dia em que uma errada avaliação das coisas levou o Executivo brasileiro a sofrer uma *capitis diminutio* nas suas relações com a comunidade financeira internacional.

A bem dizer, a recusa do chamado "Plano Bresser" de renegociação da dívida externa brasileira era previsível desde o primeiro momento em que se conheceram suas linhas gerais. O que não se podia imaginar é que a sugestão do deságio dos títulos da dívida brasileira tivesse tão dura repulsa por parte do secretário do Tesouro norte-americano — muito embora a simples circunstância de Baker haver convidado Bresser Pereira a visitá-lo em Washington permitisse prever que os ventos não sopravam favoravelmente ao ministro da Fazenda e, por extensão, ao Brasil.

Os fatos agravaram-se pelo mau entendimento das informações fornecidas pelo ministro brasileiro à imprensa norte-americana. O desencontro semântico levou o secretário Baker a emitir comunicado duro e até certo ponto descortês, dando conta de que a proposta brasileira não tinha condições sequer de servir para início de conversações. Pior do que isso, foi o fato de o ministro brasileiro ter reconhecido que cederia "um pouquinho" (quando na realidade abandonara tudo) e, ciente do comunicado, haver esclarecido a Baker o que intentara transmitir à imprensa norte-americana. Nem o recurso de que lançaram mão os estadistas chineses e norte-americanos, no início do contato entre Pequim e Washington — o do comunicado disjuncto, para assinalar divergências e marcar a vontade de superá-las — ocorreu ao sr. Bresser Pereira, que apenas soube ostentar sob o guarda-

chuva o sorriso com que enfrenta as piores ou melhores situações. O governo brasileiro pagou, assim, o preço de haver acreditado que o "mercado secundário" — onde os especuladores jogam na baixa, esperando a alta dos títulos dos "empréstimos soberanos" — era o mercado, e que os banqueiros estrangeiros acabariam cedendo aos argumentos do professor Bresser Pereira sobre a excelência de uma situação negocial em que só um ganha e só um perde.

Haverá sempre mil maneiras de esconder a dramática realidade das coisas, mas nenhuma delas será capaz de eliminar a frustração que deve ter acometido o presidente da República ao tomar conhecimento de que a proposta que anunciara como final e inovadora acabou sendo considerada não merecedora de discussão. Assim, pela segunda vez em seu governo, o sr. José Sarney se entrega de corpo e alma a uma aventura que qualquer assessor de razoável cultura e relativo conhecimento das práticas econômicas teria desaconselhado. A primeira vez, foi quando acreditou que a inflação tinha sido afastada para todo o sempre e avalizou todos os erros e pecados do ministro Dílson Funaro, os quais acabaram conduzindo à moratória e ao segundo passo em falso. Este foi crer que a comunidade financeira internacional — nela incluídos os ministros responsáveis pelo desempenho das instituições oficiais de crédito — aceitariam discutir a possibilidade de se converter uma dívida de 100 em outra de 50 com prazos dilatados e juros que apenas favoreceriam os devedores. Ao aceitar um raciocínio abstrato como uma regra de ouro do mercado, o presidente da República expôs-se internacionalmente da mesma maneira que o fez internamente ao lançar com todo o alarde o Plano Cruzado. Agora, deve recolher o que sobrou do *Exército Brancaleone* que o ministro Bresser Pereira levou para tomar Washington de assalto e ver o que é possível fazer para que a próxima

rodada das negociações ortodoxas não comprometa demais o Brasil.

Duas coisas, porém, o chefe de governo deve ter em mente para não incorrer em outros erros de avaliação: a soberania brasileira não será jamais posta em causa pelos banqueiros credores, pelo simples fato de que eles freqüentaram escolas de boas maneiras internacionais; o crescimento econômico brasileiro, por sua vez, não depende da boa vontade dos banqueiros, mas da firme vontade política do presidente de assumir o governo e fazer aquilo que deve ser feito. Especialmente agora que a Indústria dá sinais de estar arrefecendo seu crescimento.

A ação desastrosa, que culminou com a fotografia *sorrindo na chuva*, decorre de um fato, ou seja, desde a gestão do sr. Dílson Funaro no Ministério da Fazenda, as negociações do Brasil com a comunidade internacional vêm sendo conduzidas com a mesma ligeireza e o mesmo espírito autoritário, adotados pelo Executivo brasileiro ao tratar com os bancos e a Indústria e o Comércio brasileiros — com enorme dose de desperpêndia e autoritarismo. O sr. Delfim Netto pode ser acusado de tudo, menos de uma coisa: s.exa. conhece bem o que são as relações internacionais e as relações de força entre as nações. Os ministros Funaro e Bresser Pereira imaginaram que o Brasil, devendo cem bilhões, tinha um trunfo invencível — esquecendo-se de que o lado de lá tinha um problema no valor de cem bilhões que deveria ser resolvido *até com a ajuda dos governos*. Em outras palavras, a renegociação da dívida externa é um problema de ordem econômica, mas também de fortes conotações diplomáticas, até mesmo por suas conseqüências. É, portanto, uma questão de poder entre as nações.

Pense o presidente Sarney nesta verdade elementar antes de engajar-se uma terceira vez no caminho do orgulho nacionalista sem apoio na realidade.